




A UNIÃO ENTRE TELECOM E ENERGIA.

publicidade

HOME AGENDA NEWS REVISTA ESPECIAIS EVENTOS SERVIÇOS CONTATO

 pesquisa avançada

PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA

 Cadastre-se e receba TELETIME News no seu email

Entidades civis defendem banda larga como serviço público

segunda-feira, 10 de maio de 2010, 17h36

Dezenas de entidades civis manifestaram-se em favor do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado na semana passada pelo governo federal. O posicionamento foi encaminhado por meio de carta à Casa Civil, subscrita por 34 entidades que representam os mais diversos segmentos da sociedade civil. Mas, apesar de o PNBL ser visto como um primeiro passo positivo em direção à massificação da banda larga, os signatários da carta defendem movimentos mais fortes do governo. Em especial, o estabelecimento da oferta de Internet em alta velocidade como um serviço prestado em regime público.

"As organizações da sociedade civil abaixo-assinadas saúdam a iniciativa e reconhecem as medidas ali contidas, inclusive o fortalecimento da Telebrás, como um passo importante - ainda que não suficiente - para a democratização do acesso", afirmam os representantes das entidades na carta ao governo.

"Entendemos que qualquer política pública para banda larga deve estar baseada na garantia da universalização, da qualidade e da continuidade do serviço, promovendo a acessibilidade econômica a partir do reconhecimento das desigualdades sociais, de gênero e étnico-raciais do país."

As entidades listaram 12 princípios que o governo deve seguir, caso pretenda de fato promover a inclusão digital dos brasileiros. O primeiro item é não só classificar a banda larga como um serviço público, mas também assegurar que o acesso seja um "direito fundamental" do brasileiro. As entidades apoiam que empresas públicas participem da oferta do serviço, com as empresas privadas. Também argumentam que é necessária a oferta do serviço em "condições acessíveis" à população.

publicidade

A necessidade de que a rede de oferta de dados seja tarifada e fiscalizada é outro item de destaque na carta. Para as entidades, este é o meio para que não haja discriminação de tarifas entre usuários e pode permitir "a gratuidade do serviço sempre que necessário". Elas apóiam o estabelecimento de instrumentos que promovam a concorrência e a necessidade de políticas públicas que integrem União, estados e municípios. O estímulo à inovação e à participação da sociedade na construção das políticas também é ressaltado pelas entidades. Conheça as 12 diretrizes sugeridas pelas entidades civis:

1. Considerar o acesso à internet banda larga como um direito fundamental e um serviço público, a ser garantido pelo Estado e prestado em regime público, por empresas e entidades públicas e privadas;
2. Garantir a universalização do acesso residencial à banda larga, na perspectiva de efetivar o direito à comunicação, com a oferta do serviço em condições acessíveis para o conjunto da população;
3. Estabelecer controle sobre as tarifas de modo a tornar viável o acesso a toda população, garantindo a gratuidade do serviço sempre que necessário e a não discriminação de tarifas entre os usuários;
4. Promover a concorrência efetiva entre operadoras na prestação de serviços, inclusive por meio do provimento direto por empresas públicas e da parceria destas com pequenos provedores, garantindo acesso não discriminatório e competitivo à infraestrutura das operadoras;
5. Definir políticas integradas entre União, estados e municípios de modo a otimizar o uso da infraestrutura física e lógica e viabilizar a ampliação da oferta pública de banda larga com o uso de diferentes tecnologias, inclusive por meio da reserva de espaço eletromagnético livre de licenças para aplicações comunitárias;
6. Proporcionar espaços de acesso público e comunitário gratuito e sem restrições quanto ao tipo de uso, inclusive por meio do fomento a redes abertas;
7. Determinar parâmetros obrigatórios de continuidade e qualidade do serviço, em especial em relação à velocidade de acesso e ao dever de informação ao consumidor;
8. Proteger o direito à liberdade de expressão, à privacidade, à proteção de dados pessoais, à neutralidade de rede de todos os usuários e usuárias e à acessibilidade de pessoas com deficiência;

 Tekelec

MM3.0: The Future of Messaging
A vision for the future in next-gen messaging
[Download White Paper](#)

9. Estimular o uso da rede para produção, compartilhamento e distribuição de conteúdo informativo e cultural, visando à democratização da comunicação e da cultura;
10. Implementar políticas públicas de promoção da cultura digital e estímulo ao uso da rede para fins educacionais, científicos e culturais;
11. Fortalecer instrumentos de regulação e fiscalização por parte do poder público, com ampliação da participação social, garantia de independência em relação aos agentes de mercado e capacidade de atuação rápida e eficaz;
12. Promover a inovação com base em uma política de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologia nacional para hardwares e softwares livres.

Mariana Mazza



| Imprimir

| Enviar por e-mail

| (0) Comentar

OUTROS DESTAQUES

segunda-feira, 10 de maio de 2010

- 21h34 - NEGÓCIOS** Telefónica faz oferta à Portugal Telecom pela Vivo; portugueses rechaçam
- 17h36 - PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA** Entidades civis defendem banda larga como serviço público
- 19h34 - PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA** Câmara dos Deputados quer debater participação do Estado no PNBL
- 16h37 - PRÊMIO TELA VIVA MÓVEL** Reality shows e de conteúdo gerado por usuários são finalistas na categoria Vídeo
- 16h35 - PRÊMIO TELA VIVA MÓVEL** Claro e Sony Music disputam na categoria Música
- 16h18 - HANDSETS** Android passa iPhone nos EUA e assume 2º lugar entre smartphones
- 16h35 - SERVIÇOS MÓVEIS** F.biz cria serviço de integração "premium"
- 15h58 - MERCADO** RFS fornece antenas para a Cidade Administrativa de Minas Gerais
- 19h56 - REGULAÇÃO** Anatel divulga Relatório Anual 2009 voltado para a sociedade
- 18h46 - JUSTIÇA** STF suspende redução da alíquota do ICMS no RJ

sexta-feira, 7 de maio de 2010

- 20h12 - PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA** SindiTeleBrasil elogia proposta do governo: "desafios estão nos detalhes", diz Levy
- 20h07 - PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA** Analistas apontam dúvidas sobre entrada da Telebrás no mercado; confira as principais
- 10h15 - PLANO NACIONAL DE BANDA LARGA** Reativação da Telebrás estimulará a concorrência, diz Alvarez
- 13h10 - SERVIÇOS MÓVEIS** Zed começará atuação no Brasil com portal off deck

EVENTOS



Tela Viva Móvel

19 e 20 de maio

Centro de Convenções Frei Caneca, São Paulo, SP

9ª EDIÇÃO Evento com discussões sobre conteúdo para celular e entretenimento móvel, além de conceitos técnicos e de negócios aplicáveis ao setor.

[+ lista completa de eventos](#)
[assine a teletime](#) | [anuncie](#) | [quem somos](#)

Conheça as publicações da Converge Comunicações



© Copyright Converge Comunicações. Todos os direitos reservados. A reprodução total ou parcial dos textos, imagens e arquivos deste site por qualquer meio ou forma depende de autorização por escrito da editora. TELETIME é uma propriedade da Converge Comunicações.